

# Fronteira e territorialidades amazônicas: processos de construção de autoria

*Amazonian frontier and territorialities: construction processes of authorship*

Nilsa Brito RIBEIRO\*

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)

Eliane Pereira Machado SOARES\*\*

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)

**RESUMO:** O presente trabalho se inscreve na interface entre os estudos literários e os estudos discursivos, o que nos leva a considerar a dupla mobilização do conceito de fronteira: i) por sua presença na relação (inter)disciplinar entre campos do conhecimento e ii) pelo efeito de clivagem produzido pelo confronto entre relações tradicionais de poder e novas territorialidades com valores emancipatórios que vão se constituindo nas relações com a territorialidades intersticiais. Assim, apresentamos uma análise de dois poemas e de trechos de quatro poemas que compõem uma antologia poética intitulada “100 poemas e prosas por Marabá” (Soares; Souza, 2016), publicada por ocasião do centenário da cidade de Marabá-Pará, situada na Amazônia oriental brasileira. Nas análises, destacamos, a partir de índices linguísticos, como o movimento da poética fronteira se revela nos processos de autoria marcados por injunções históricas, por trajetórias sociais e condições de produção.

**PALAVRAS-CHAVE:** Poética fronteira. Análise do Discurso. Autoria. Amazônia

**ABSTRACT:** The present work applies in the interface between cultural studies and discourse studies, which leads us to consider the double mobilization of the frontier concept: i) by its presence in the (inter)disciplinary relationship among fields of knowledge and ii) by the cleavage effect produced by the confrontation between traditional power relations and new territorialities with emancipatory values that are constituting in relations with interstitial territorialities. Thereby, we present an analysis of poems that composes a poetic anthology entitled “100 poems and prosas for Marabá” (Soares and Souza 2016), for the occasion of the centenary of Marabá, in the state of Pará, located in the Eastern Brazilian Amazon; therefore, we demonstrate, based on linguistic indices, as the movement of border poetics reveals itself in authorship processes marked by historical injunctions, social paths and production conditions.

**KEYWORDS:** Border poetic. Discourse analysis. Authorship. Amazon.

---

\* Doutora em Linguística. Docente aposentada da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Instituto de Linguística Letras e Artes. Faculdade dos Estudos da Linguagem. E-mail: [nilsa@unifesspa.edu.br](mailto:nilsa@unifesspa.edu.br)

\*\* Doutora em Linguística. Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Instituto de Linguística Letras e Artes. Faculdade dos Estudos da Linguagem. E-mail: [eliane@unifesspa.edu.br](mailto:eliane@unifesspa.edu.br)

## **Introdução**

Neste trabalho, propomos, a partir de uma perspectiva interdiscursiva, a análise de dois poemas e de trechos de quatro poemas que compõem a antologia poética intitulada “100 poemas e prosas por Marabá”, organizada por Soares e Souza (2016), por ocasião do centenário da cidade de Marabá-Pará, situada na Amazônia oriental brasileira.

Situamos a produção poética da referida antologia no domínio de uma “literatura menor”, seja por não corresponder a critérios literários estabelecidos pelo cânone, seja pelo fato de os autores não serem reconhecidos pela categoria de “grandes escritores”, ou, ainda, por ocuparem uma posição discursiva e um lugar enunciativo que inscrevem a sua poética em (des) territorialidades marcadas pelo embate entre discursividades hegemônicas e processos de resistência da fronteira amazônica. É a partir destas condições de produção que o sujeito escreve ocupando diferentes posições orientadas pelas territorialidades específicas e pelo lugar discursivo de constituição de autoria, inserindo-se em jogos imaginários acerca da posição-autor, da posição-leitor, e dos referentes discursivamente produzidos sobre a poética de fronteira.

Na poética analisada comparecem, portanto, representações das lutas que se travam nessas territorialidades fronteiriças, enquanto efeitos de um jogo de forças cujas margens se delineiam, se definem, se reconfiguram, justamente porque seus limites são dados pela historicidade, pelo exterior, na relação com a re-territorialização e com a densidade da linguagem.

## **1 Sentidos de fronteira e de territorialidades**

Considerando as diferentes concepções de fronteira produzidas a partir de diferentes abordagens disciplinares, aproximamo-nos de uma perspectiva teórica a partir da qual a fronteira é discutida não como limites físicos e absolutos, mas como limites simbólicos, efeito da tensão marcada por linhas de força e jogos de poder.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Nesse sentido, as fronteiras disciplinares não deixam de ser, também, efeitos da história sobre condições de possibilidade de relações entre campos do conhecimento, onde, também, se dão as batalhas teóricas, culturais e políticas.

Penalva (2012), por exemplo, ao discutir o conceito de fronteira, refuta uma compreensão de fronteira que embasa o discurso oficial cuja representação do território amazônico é alimentada pela compreensão de “espaço vazio” inaugurado pelo colonizador, este concebido como a origem e detentor do saber sobre a Amazônia. Silencia-se, assim, a presença das alteridades, como os povos originários, presentes na região desde o período colonial. De acordo com Assis (2007, p. 15),

A imigração de contingentes populacionais para a Amazônia se constituiu num fenômeno de longa data. Desde o período colonial, a riqueza da região exigia da Coroa Portuguesa medidas para a proteção das fronteiras e expansão de áreas com população permanente (ALMEIDA, 1982). Povos de diversos países aqui vieram em busca de especiarias, chamadas também de ‘drogas do sertão’, tornando o extrativismo vegetal um dos primeiros itens da pauta de exportação da Amazônia (IANNI, 1979), seja de acordo com as regras do comércio da época, seja de forma clandestina. Cidades como Belém, no estado do Pará, nasceram a partir da construção de um forte militar que servia também como ponto de apoio para as viagens de coleta de produtos vegetais no vale da bacia amazônica.

Essa compreensão de fronteira enquanto espaço vazio de sentidos e práticas nega a existência e r-existência de indígenas, caboclos, quilombolas, ribeirinhos etc. Em oposição à discursividade da fronteira amazônica como lugar vazio e de apagamento das diferenças, afirma Penalva (2012, p. 22) que

[...] a fronteira não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros ou camponeses. [...], a fronteira é também um espaço social e político, que pode ser definida como um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas.

Para o autor, a fronteira deve ser problematizada da perspectiva de um espaço potencialmente alternativo em que se possa vislumbrar projeções outras que problematizem os complexos processos de identificação cultural dos sujeitos que produzem sua *r-existência* (cf. Porto-Gonçalves, 2006) nesses espaços de fronteira fora de perspectivas essencialistas e homogeneizadoras. Trata-se de pensar sobre a fronteira não da perspectiva puramente espacial, mas, a partir da violência dos discursos que estabelecem linhas e limites de ordenação daquilo sobre o qual se diz alguma coisa.

Lembra-nos Porto-Gonçalves (2006) que as diferenças só se manifestam em situações de contatos, justamente por isso as epistemologias emergem do contato de epistemes distintas. Nesse sentido, para o autor,

[...] a moderno-colonialidade não se inscreveu num espaço vazio de significação, mas sim em territórios (natureza=cultura) onde foram conformados *padrões cognitivos* próprios (MIGNOLO, 2004:2015). Por isso, mais do que resistência, o que se tem é R-Existência, posto que não se reage, simplesmente à ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-existe. Existo, logo resisto. R-existo. (Porto-Gonçalves, 2006, p. 51).

Assim, as linhas que se colocam entre jogos de força em uma relação fronteiriça só podem ser transpostas pela transgressão, pela desnaturalização dos discursos instituídos e hegemônicos, transgressão inscrita e cravada na experiência de si levada ao limite (Foucault, 2009). Mas, como lembra o autor, “a transgressão transpõe e não cessa de recomeçar a transpor uma linha que, atrás dela, imediatamente se fecha de novo em um movimento de tênue memória, recuando então novamente para o horizonte do intransponível” (Foucault, 2009, p. 32).

A perspectiva de fronteira que adotamos está, portanto, relacionada à tensão permanente, a jogos de poder e de resistências, de modo que as relações sociais não existem fora desse entrecruzamento, em que o espaço da fronteira, pensado como limite entre o possível e o interdito, não cessa de abrir-se ao ilimitado, à diferença, ao mesmo tempo em que o poder luta violentamente para manter-se na pureza hegemônica.

Ao conceito de fronteira está implicado o de território, uma vez que, de acordo com Lefebvre (*apud* Porto-Gonçalves, 2006), o território resulta de representações produzidas acerca da apropriação do espaço e das representações subjetivas constituídas acerca dessa apropriação. Dessa perspectiva, o território é conformado por múltiplas temporalidades nas quais se inscrevem diferentes historicidades e diferentes identificações marcadas pelo encontro tenso entre lutas emancipatórias e processos de dominação.

Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades. Todavia, o território tende a naturalizar as relações sociais e de poder, pois se toma abrigo, lugar onde cada qual se sente em casa, mesmo que numa sociedade dividida (Porto-Gonçalves, 2006, p. 46).

É sob a consideração do espaço como lugar de produção de múltiplas subjetividades que Foucault (2009), mantendo sua oposição aos temas das continuidades

históricas e às grandes narrativas universalizantes, sugere que estamos vivendo a época dos espaços simultâneos, justapostos e dispersos. Essa percepção se alinha ao conceito de território enquanto espaço de múltiplas singularidades. Nas palavras de Foucault (2009, p. 411),

Estamos em um momento em que o mundo se experimenta, acredito, menos como uma grande via que se desenvolveria através dos tempos do que como uma rede que religa pontos e que entrecruza sua trama. Talvez se pudesse dizer que certos conflitos ideológicos que animam as polêmicas de hoje em dia se desencadeiam entre os piedosos descendentes do tempo e os habitantes encarniçados do espaço.

O território, enquanto espaço simbólico, tem, na sua heterogeneidade constitutiva, a inscrição de posicionamentos opostos e contraditórios que lhe conferem o conjunto de relações que aí se travam através de diferentes territorialidades. São essas territorialidades vividas no limite das experiências que oferecem objetos de representações, dentre elas as representações estéticas, tendo a fronteira como um elemento da historicidade que compõe as representações discursivas da poética de fronteira.

Estamos considerando essa poética como “literatura menor”, tal como discutida por Deleuze e Guattari (2017), considerando que na poética cujo objeto é composto de elementos amazônicos, a função autor é afetada por representações das dinâmicas sociais, culturais, econômicas etc. São representações entrelaçadas por diferentes fios ideológicos que se inscrevem na poética dos sujeitos em sua função-autor.

## **2 A estética “menor” da (re)territorialização e da fronteira**

Deleuze e Guattari (2017) definem a literatura menor como a literatura que uma minoria produz no interior de uma língua considerada maior. Obviamente que a referência à língua maior e à língua menor não diz respeito ao numericamente quantificável, mas aos limites ou impasses que se colocam no interior das práticas de uma língua em relação a outra que ocupa uma posição social hegemônica. As três características definidas pelos autores como próprias da língua menor são marcadas pela inextrincável relação entre linguagem, política e coletivo. Mas, a caracterização fundamental de uma língua menor, segundo os autores, é a sua condição de desterritorialização face aos impasses que lhe são colocados no campo de atuação da língua maior. Ou seja, são os usos que se fazem da

língua menor em um território de batalhas e de hegemonia que definem seu estatuto de língua minoritária. Nesse sentido, é no campo da disputa política que a escrita passa pela possibilidade de dizer o impossível, passa pela resistência na/pela linguagem no campo do outro, por isso mesmo trata-se de “uma língua desterritorializada, própria a estranhos usos menores” (Deleuze; Guattari, 2017, p. 36).

Na literatura menor, o seu limitado e contido espaço é irredutivelmente afetado pelo político, ou é expandido pela dimensão política, de modo que as situações mais corriqueiras e familiares conectam-se com condições históricas mais amplas. É com a fronteira política que a língua desterritorializada estabelece seus limites, o que não quer dizer que as literaturas maiores não mantenham suas conexões com suas condições de produção: a diferença é que a literatura menor tem na exposição do político a possibilidade de acontecer e de se manter viva, enquanto a literatura maior pode escamotear essa condição ou não depender dela, fundamentalmente para se manter viva, já que outros critérios a sustentam como língua maior (Deleuze; Guattari, 2017).

A terceira característica da literatura menor é justamente o fato de sua exposição ao político ser sobredeterminada pela condição fronteiriça, sempre com implicações das lutas coletivas nos processos de desterritorialização. Nesse sentido, para Deleuze e Guattari, “a máquina literária toma assim o lugar de uma máquina revolucionária porvir...” (Deleuze; Guattari, 2017, p. 38) situada nas margens, de modo que os processos de marginalização parecem funcionar como um princípio que rege a transgressão às regras institucionais da produção cultural.

Mesmo aquele que tem a infelicidade de nascer em um país de uma grande literatura deve escrever como um cachorro que faz seu buraco, um rato que faz sua toca. E, para isso, achar seu próprio ponto de subdesenvolvimento, seu próprio dialeto, seu próprio terceiro mundo, seu próprio deserto (Deleuze; Guattari, 2017, p. 39).

Assim, é possível dizer que as regras de funcionamento de uma literatura maior se impõem a ponto de fazer desaparecer o autor em função de regimes de verdades. Mas, para a Análise Discurso, as regras de desaparecimento do autor em decorrência dos regimes de autoria se impõem, também, no domínio da literatura menor, se considerarmos que nenhum sujeito é livre de condições históricas que orientam o jogo da ideologia em qualquer posição que o autor esteja. Na perspectiva da Análise de Discurso, a instauração da função-autor requer que se leve em consideração o sujeito e o simbólico na relação

com a história. A posição-autor sofre, portanto, o duplo controle: i) de um movimento interno que produz a injunção ao sujeito em se responsabilizar pelo que escreve e ii) de um movimento externo que se impõe ao sujeito a partir de critérios de autoria socialmente estabelecidos em cada momento histórico.

Nessa perspectiva, o trabalho do sujeito em uma literatura menor é apreendido pelo analista de discurso como efeito da relação entre sujeito e ideologia, mediado pelo simbólico. Tanto o sujeito é afetado por posições heterogêneas na relação com a linguagem, quanto é constrangido por regras que se impõem ao autor, em um espaço de tensão constitutiva. Defendemos, assim, que o processo de territorialização imposto pela ausência do lugar próprio de uma escrita menor tem como contraparte processos de (re) territorialização como efeito de resistência, passando o sujeito a ocupar o entre-lugar (Bhabha, 2010), a partir de reinvenção do lugar que ocupa.

As nossas análises, situadas na interface dos estudos literários e Análise de Discurso, revisita em Deleuze e Guattari (2017) o sentido de literatura menor a partir da dupla característica que se impõe ao fazer estético da menoridade: os critérios valorativos relacionados tanto ao gênero quanto aos autores, seja porque são produções culturais que se inscrevem em um trabalho imaginário de assunção de responsabilidade em relação à autoria, seja porque os sujeitos ocupam posições de margem ao situarem suas poéticas nas problemáticas discursivas marcadas historicamente pela memória discursiva que atualiza saberes no processo de (re) territorialização impostos pela ordem política, linguística, cultural, econômica etc., hegemônica.

Embora os traços de uma literatura menor pareçam ser interpretações individuais de quem escreve, sob a perspectiva dos estudos de discurso, esses traços são apreendidos como gestos orientados pela história e pelo político. A autoria se dá nesse processo de interpretação, em que a função-autor é legitimada por regimes de um dado momento histórico. É nesse sentido que a noção de autoria, tal como assumida pela Análise de Discurso, oferece importantes contribuições para se pensar a relação entre discursos e literatura.

### **3 Autoria e função-autor: Análise de Discurso**

De acordo com as postulações de Foucault (2009), para que o sujeito se constitua autor é necessário que a sua obra se insira em uma discursividade regida por regras dispostas socialmente. Assim, a função-autor é definida por algumas exigências sociais. Uma delas é o nome do autor que não corresponde ao seu nome próprio, mas à função que ocupa e às regras às quais se submete em dadas condições históricas. Ou seja, a constituição do indivíduo em autor requer certas operações que não são individuais, na medida em que a autoria remete à inscrição do sujeito em uma dada posição a partir de certas operações e regras que conferem estatuto ao autor em cada cultura e em cada momento histórico. Trata-se, portanto, de princípios que não estão marcados na tessitura do texto, mas inscritos em práticas sociais e discursivas. Por serem históricas, essas práticas não param de se deslocar, de modo que o que se exige como critério de autoria em uma dada época pode não ser a exigência de outra época.

É nesse sentido que, segundo Foucault, o indivíduo não cessa de desaparecer naquilo que escreve para dar lugar à função-autor: “é preciso que ele faça o papel de morto no jogo da escrita” (Foucault, 2009, p. 269). É na dispersão do sujeito no tempo, no espaço e no discurso que a função-autor vai sendo tecida: nas rupturas, nos deslocamentos, nas falhas, reagrupando em torno de si uma discursividade a partir da qual o sujeito é remetido a um dado discurso que lhe confere posição-autor enquanto benefícios de propriedade.

O nome do autor não está localizado no estado civil dos homens, não está localizado na ficção da obra, mas na ruptura que instaura um certo grupo de discursos e seu modo singular de ser. Conseqüentemente, poder-se-ia dizer que há, em uma civilização como a nossa, um certo número de discursos que são providos da função "autor", enquanto outros são dela desprovidos. Uma carta particular pode ter um signatário, ela não tem autor; um contrato pode ter um fiador, ele não tem autor. Um texto anônimo que se lê na rua em uma parede terá um redator, não terá um autor. A função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade (Foucault, 2009, p. 274).

Outra exigência que está na base do processo de autoria é, ainda segundo Foucault (2009), a relação de apropriação de uma obra pelo autor. Foi pelo princípio de apropriação ou pelo regime de propriedade que, na história, o autor passou a correr riscos, podendo ser sacralizado ou punido, na medida em que se inscreve em discursos desejáveis ou transgressores. Há sempre uma relação de atribuição do texto a quem diz ou escreve, ou seja, na história não é qualquer discurso ao qual se coloca a questão da autoria. Como



refere Foucault (2009), houve um tempo em que os textos que hoje chamamos de “literários” eram colocados em circulação sem que fosse necessário relacioná-los a um autor específico. Ao passo que os textos hoje considerados científicos só gozavam desse *status* se relacionados a seu autor. Hoje, o que confere cientificidade a um discurso é o regime de verdade estabelecido para esse tipo de discurso, enquanto o texto literário requer sempre sua relação com o autor, pergunta-se sempre pelo autor enquanto índice conferidor de autoria.

O princípio da relação de atribuição do autor àquilo sobre o qual ele fala ou escreve é outra exigência histórica que não resulta de uma vontade individual ou soberana, mas “de uma operação complexa que constrói um certo ser de razão que se chama de autor” (Foucault, 2009, p. 276), o qual participa discursivamente de um certo campo do saber submetido a regimes de constituição a que o autor deve responder enquanto tal. Como diz Foucault, a autoria de um filósofo não é regida pelas mesmas regras de constituição da autoria de um poeta. Cada campo discursivo dispõe de regras às quais o autor deve se submeter, devendo ser capaz de explicar e garantir conceitos e métodos próprios de um dado domínio do conhecimento.

A função autor se exerce também pela posição que o sujeito ocupa em um dado campo discursivo, seja enquanto fundador de uma disciplina, defensor de uma tese, participante da transformação de um campo do saber etc. (Foucault, 2009). Vale destacar que a função-autor não se exerce na transparência da linguagem, por um ato de genialidade, mas a partir da posição na qual se inscreve, marcando-se na linguagem, o movimento de constituição histórica da autoria. Assim como autor e locutor não coincidem necessariamente, uma vez que diferentes posições-sujeito definem a função-autor em um mesmo texto. Em síntese, o autor é um princípio que em nossa sociedade produz, distribui, delimita, classifica, exclui a circulação de discursos. Portanto, a função-autor é efeito da história e, por isso, os critérios definidores de autoria estão em constante mudança.

Mas, no caso da materialidade discursiva que nos propusemos a analisar, como pensar a função autor em textos que ainda não se inscrevem numa obra, tal como problematizou Foucault? Como discute Possenti (2002), o fato de Foucault não ter abordado a questão da autoria em textos desprovidos da função-autor, nada impede que o façamos, desde que encontremos uma brecha para introduzir uma nova noção de autoria

em textos que não são efetivamente uma obra, como textos escolares, objeto de preocupação do autor. É pela noção de singularidade que Possenti (2002) produz o atalho para tratar da autoria em textos escolares.

Já, Orlandi (1996), situando a questão da autoria no domínio da Análise de Discurso, discute a função-autor na relação com o locutor, com o enunciado e com o autor, considerando que o autor é a instância que sofre maior apagamento, justamente porque é a quem se imputa maior responsabilidade determinada por injunções históricas. Para se constituir autor, é necessário submeter-se a certas regras que permitem a passagem da posição de enunciatador para a posição de autor, exercendo ao mesmo tempo. Por essa relação, a autora mostra como a autoria decorre da relação com a interioridade (exigências de escrita do texto) e com a exterioridade (as condições históricas).

É nessa intrincada e irreduzível relação entre interioridade e exterioridade presente na constituição da autoria que pretendemos apreender a relação do sujeito com a sua poética de fronteira, captando na materialidade do discurso posições imaginárias do sujeito que escreve com a historicidade inscrita nas relações de fronteira amazônica e nos processos múltiplos de territorialidades. Compreendendo que a entrada do sujeito no processo de assunção da autoria passa pela posição assumida na interpretação de sentidos da rede de memória, as análises desenvolvidas, a seguir, focalizam como a função-autor se constitui na relação entre assunção de gestos de autoria e posição que o sujeito ocupa nos processos de identificação ou de desidentificação com a forma-sujeito de uma Formação Discursiva (Mittmann, 2008). A relevância dessa perspectiva de autoria nos fornece possibilidades interpretativas de como o já-dito acerca da fronteira e da territorialidade amazônicas se atualiza no controle da interpretação dos autores e autoras que elegem essa problemática em seus poemas, tomando a cidade de Marabá como objeto de discurso.

#### **4 O controle da autoria na poética de fronteira amazônica**

Os textos aqui analisados - cujos autores ocupam diferentes posições discursivas a partir das quais inscrevem diferentes gestos de interpretação das dinâmicas sociais de fronteira-, têm a sua poética afetada por imaginários orientados por essas

posições. Nesse sentido, a memória discursiva de fronteira se atualiza, tanto por gestos de identificação quanto por processos de desidentificação.

(1)

Marabá, terra bendita.  
Terra de um povo que acredita  
Aqui, jorra leite e mel.  
Deus abençoou tuas nascentes  
Para o sustento dessa gente  
É mesmo um pedacinho do céu  
(...)

(Lembranças do centenário, Adão Almeida)

(2)

Terra bendita e produtiva  
Que vem sendo explorada  
Por matas devastadas  
E minérios corrompidos

(Marabá Centenária, Joelthon Ribeiro)

(3)

Marabá de hoje, transformado, superlotado,  
Seus filhos espantados, sem saber o que fazer,  
Perdidos na multidão que aumenta dia a dia,  
Multidão infinita, de outras paragens,  
Correndo para o ouro, para a terra, Marabá,  
A terra prometida!

(A ponte, Maria Sulamita de Sousa)

Os versos 1, 2 e 3 foram, respectivamente, recortados de três poemas que integram a antologia “100 poemas e prosas por Marabá”, organizada por Soares e Souza (2016), por ocasião do centenário da cidade de Marabá-Pará, como já referimos na introdução deste trabalho.

Conforme destacamos, a noção de autoria para os estudos discursivos não está comprometida com a ideia de que os sentidos têm origem no autor enquanto centro que comportaria uma unidade. Para a Análise de Discurso, os sentidos decorrem das Formações Discursivas que lhes são correspondentes, determinadas por posições ideológicas em relação com a história.

Orientadas por essa compreensão, destacamos na materialidade das estrofes de 1, 2 e 3 procedimentos discursivos que circunscrevem a relação imaginária do sujeito ao tomar como objeto de sua poética a cidade de Marabá, situada em uma região da

Amazônia Oriental brasileira, considerada uma região de fronteira material e simbólica. Ou seja, trata-se de um espaço de culturas movimentadas pelas dinâmicas de migração impostas por precárias condições de vida, mas, sobretudo, pelo avanço do capital. São essas e outras condições sócio-históricas que estão na base da relação estabelecida entre autor e linguagem, a partir de diferentes formações discursivas e ideológicas. É nesse processo de inscrição em uma dada formação discursiva que o sujeito se coloca numa relação de interpretação a partir de jogos disponibilizados na rede de sentidos por meio dos quais se insere na tensão entre o trabalho de constituição de autoria e a dispersão de sentidos.

A nossa entrada interpretativa nos versos acima se dá pela apreensão da regularidade de um atravessamento de discursos que se filiam a uma formação discursiva religiosa, materializada em passagens em que Marabá é designada como *terra bendita*, *abençoada*, *pedacinho do céu* (Estrofe 1), *terra bendita e produtiva* (estrofe 2), *terra prometida* (estrofe 3). No nível enunciativo se inscrevem determinações históricas cujo efeito é de um território protegido por forças supremas, portanto, acima das práticas materiais e com as quais o sujeito se identifica. Mas, como nenhuma formação discursiva se constitui no seu fechamento, paradoxalmente, esse discurso é atravessado por outro em que Marabá é, contrariamente ao primeiro discurso, terra devastada, explorada, corrompida. É no funcionamento de entrecruzamentos discursivos que é possível apreender a identidade de toda formação discursiva na sua relação aberta e contraditória com outras formações discursivas que com ela se encontram e se confrontam.

A relação contraditória entre formações discursivas mostra como o discurso e o sujeito se constituem na dispersão e não numa unidade, embora precise da ilusão de unidade para se colocar como origem do seu texto, no trabalho de autoria. Na ilusão de que tem o controle do dizer, o sujeito que se inscreve em uma Formação Discursiva religiosa se encontra em posições divididas, uma vez que a formação discursiva religiosa não é suficientemente forte para se manter de forma preponderante no jogo das forças ideológicas. Assim, se por um lado é o discurso religioso que se inscreve na poética para caracterizar Marabá como terra prometida e abençoada por Deus, essa posição discursiva de território pacificado sofre abalos com a irrupção de outra posição filiada a uma formação discursiva política que expõe outras forças ideológicas.

Voltando-nos à materialidade discursiva das estrofes, as construções *terra explorada, mata devastada, minérios corrompidos* (estrofe 2) *Marabá transformado, superlotado; filhos espantados, perdidos na multidão* (estrofe 3) posicionam o sujeito que escreve em outra formação discursiva que confronta com a formação discursiva religiosa, expondo as contradições da própria ideologia. São contradições que, como postula Foucault (2009), longe de parecerem um funcionamento acidental do discurso, constituem um princípio, um regime de constituição de todo discurso. O gesto de pensar sobre as dinâmicas da fronteira no jogo discursivo e não na transparência da linguagem nos coloca questões complexas e revela como os sujeitos vão se constituindo nessa relação fronteiriça em que o simbólico e o político atuam na constituição dos discursos e dos sujeitos que, dadas as condições de produção, enunciam de diferentes posições ao falarem das territorialidades fronteiriças.

Pode-se falar de uma poética resultante de um trabalho de autoria constituído no entrecruzamento de posições orientadas por diferentes Formação Discursiva. Isso nos mostra quão complexo é o trabalho da autoria. Se “terra prometida” dialoga com o discurso religioso estabelecendo limites tênues com sentidos que integram a rede de memórias do discurso do colonizador (“em nela se plantando tudo dá”), a outra formação discursiva, luta para desestabilizar essa memória. Ou seja, a sequência “filhos de Marabá espantados, perdidos na multidão” remete a sentidos produzidos por uma posição ideológica que aponta para outra direção, deixando entrever sentidos nem sempre benditos de uma terra que também espanta e assombra. Como se pode ver, as diferenças não são da ordem de uma essencialidade do sujeito, mas da relação do político com o simbólico. Pode-se falar, aqui, de um discurso em que a fronteira se demarca pelo próprio e o alheio que perturba a suposta naturalidade das coisas. Produzem-se nesse discurso efeitos de uma ordem política que está na base dos processos de migração para a Amazônia: por um lado, grupos sociais movidos pela sobrevivência e, por outro, grupos sociais que sustentam o avanço do capital com grandes projetos agropecuários, extrativistas e minerais. Essa relação contraditória produz efeitos de dispersão no imaginário poético do sujeito que escreve sobre Marabá.

(4)

Plágio de ideias pra Marabá

*pro poeta Manuel Bandeira, com a licença do plágio de ideias*

vou-me embora pra Marabá  
lá, sou amigo dos Rios  
lá, tenho a felicidade que quero  
no ramo, rumo que escolhi  
vou-me embora pra Marabá!

vou-me embora pra Marabá  
lá é que sou feliz  
do meu jeito que sou  
posso lá, ser multi  
caucheiro, castanheiro, garimpeiro...  
(...)

(Plágio de ideias pra Marabá, Aírton Souza)

Destacamos, inicialmente, o título do poema: “Plágio de ideias pra Marabá” que se desdobra no subtítulo “*pro poeta Manuel Bandeira, com a licença do plágio de ideias*”. Um efeito do trabalho de autoria se marca nessa formulação orientado por uma dada posição-autor. Em seu título, o poema faz remissão ao plágio (*Plágio de ideias para Marabá*) ao poema de Manuel Bandeira. No jogo imaginário em que o sujeito-autor anuncia o próprio plágio como forma de salvaguardar-se de possíveis representações do leitor, tem-se o retorno do sujeito questões de autoria, ou seja, a dedicação do poema a Manuel Bandeira funciona discursivamente como a metáfora de um pedido de concessão do plágio, de modo que, por esse recurso o sujeito se coloca, como origem do dizer, na medida em que assume a responsabilidade do plágio. Por outro lado, o discurso deixa entrever o equívoco constitutivo do sujeito e da linguagem, uma vez que o que escapa na formulação do autor é o efeito da busca do cânone como possibilidade de assunção da autoria. Há, nesse sentido, a tensão que move a constituição da autoria, ora situada na atualização de uma discursividade sobre a fronteira amazônica, ora situada em um imaginário de que a legitimação da autoria deve passar pelo cânone literário.

Considerando a perspectiva adotada pela AD, segundo a qual a autoria passa pelo duplo movimento de interioridade - a relação do sujeito com o texto- e de exterioridade - a relação do sujeito com a historicidade -, inscreve-se no procedimento discursivo de apropriação e recriação a dupla entrada do sujeito na função-autor. Em um primeiro movimento, tem-se a inserção imaginária da produção escrita em um dado domínio literário pelo agenciamento de formulações já legitimadas pelas regras desse domínio (a remissão a Manuel Bandeira). No segundo movimento, tem-se o efeito do primeiro movimento, que é a inscrição imaginária do sujeito em uma formação discursiva autor, na medida em que “simula” o plágio como um gesto criativo, filiando-se à poética de

Manuel Bandeira. Entre o espaço da formulação em que o sujeito intervém (da ordem da enunciação) e a historicidade (da ordem do discurso) tem-se o efeito autor que, para Foucault, resulta de “uma operação complexa que constrói um certo ser de razão que se chama de autor” (Foucault, 2009, p. 276).

Algumas referências agenciadas no poema remetem ao espaço discursivo da fronteira e conferem, nesse gesto, a emergência do autor em uma literatura menor, conferem a inscrição do sujeito em uma relação imaginária com territorialidades amazônicas: “sou amigo dos rios”; “posso lá ser multi caucheiro, castanheiro, garimpeiro”. Nessa formulação, natureza e dinâmicas sociais entram no imaginário do sujeito poeta como objetos de discurso que acionam uma dada história da Amazônia oriental brasileira em que se situa a cidade de Marabá. É na relação imaginária do sujeito que o linguístico e o político se confrontam produzindo sentidos (Orlandi, 2001) que se deslocam de uma posição elogiosa a Marabá, beirando ao ufanismo (lá tenho a felicidade que quero/ no ramo, rumo que escolhi/Vou-me embora pra Marabá), para uma posição outra que irrompe denunciando diferentes posições sociais presentes na fronteira, em que a exploração de recursos naturais reflete a corrida desigual nessa espacialidade (posso lá, ser multi/caucheiro, castanheiro, garimpeiro...). A multiplicidade de sujeitos que o poema convoca (caucheiro, castanheiro, garimpeiro), além de expor as diferentes dinâmicas pelas quais passou/passa a região, na sua conformação territorial, mostra também, no reverso do discurso, os diferentes processos de exploração e de degradação a que a região foi/é submetida.

(5)

#### **Cidade ímã**

Cidade ímã  
Cá de baixo e lá de cima  
Arrimo grande da mina  
Menina mama de fé  
Macunaíma, **squindangue**, lamparina  
Me arruma o rumo da rima  
Que eu te ensino a ser mulher  
Matéria-prima, pai, mãe, irmã e tia  
Credo cruz Ave-Maria  
Valha-me meu **valois** (Valoá)  
**Cabelo-seco** secando o chão do vermelho  
Com as barbas de **Chico Coelho**  
Mar aqui mar acolá...  
Marabalança nos banheiros desses rios

Agoniza, goza e guarda  
Espinheiras e jasmims  
Protagoniza drama, romance e comédia  
Conduzindo o Itacaiúnas  
A beijar o Tocantins...

#### **GLOSSÁRIO:**

Squindangue - Comunidade quilombola que vivia nas proximidades do bairro Amapá.

Valois (Valoá) – São Félix de Valois padroeiro de Marabá.

Cabelo-seco -Bairro Francisco Coelho onde surgiu a cidade de Marabá.

Chico Coelho – Francisco Coelho fundador de Marabá.

(Cidade ímã, Clauber dos Santos Martins)

Conforme destaca Foucault (2008), os discursos se constituem numa relação não linear com outras discursividades, uma vez que a relação interdiscursiva se insere sempre em um sistema de dispersão que reflete os modos como cada discurso convoca, simula, desloca ou se afasta de outros discursos. No processo de trabalho da autoria essa dispersão comparece marcada na posição que o sujeito estabelece com a Formação discursiva a que seu discurso se filia. Desse modo, a posição-autor passa pela organização da dispersão como parte da representação do sujeito como autor, responsável pela coerência do seu discurso (Orlandi, 1996). Embora a representação dessa posição seja efeito da ideologia que rege a função-autor, é dessa posição mesma que, sob a ilusão de que o sujeito se encontra na origem do dizer, com pleno controle do que sabe e diz, que ele se investe da regulação da autoria, sempre marcada de posições heterogêneas.

O poema 5 revela na heterogeneidade discursiva e na dispersão do sujeito e do discurso a inscrição do autor em uma formação discursiva que impõe gestos de autoria. Um desses gestos se revela na perigrafia do texto que traz o glossário de alguns léxicos de uso regional ou local, produzindo o duplo efeito autor-tradutor. Nesse procedimento discursivo, o sujeito, interpelado pela ideologia, ocupa uma posição que o coloca num jogo de antecipação da posição do outro (leitor) em relação ao controle da heterogeneidade constitutiva do discurso. Dessa posição deriva a intervenção do autor no seu texto, delimitando, recortando, ressignificando sentidos. Mas, sabemos que a relação do sujeito com a interioridade do discurso sofre a interpelação da história e é dela que derivam todas as tomadas de posição em relação aos movimentos internos à formulação do texto. Por isso, embora o glossário ofereça ao autor do texto a ilusão de controle dos sentidos, essa operação textual já é efeito de determinações históricas de autoria.



Como a autoria não resulta de uma suposta genialidade do autor, as glosas presentes no que o autor denomina de glossário derivam do imaginário do sujeito em relação a um suposto desconhecimento do leitor acerca de um conjunto lexical que remete a referências regionais. Nesse sentido, entra no jogo imaginário do autor um leitor que não é marabaense: trata-se de um leitor “estrangeiro”, migrante de outros Estados. É nesse espaço imaginário que a heterogeneidade intervém estabelecendo ou rompendo as fronteiras discursivas orientadas por representações da fronteira espacial, sempre precedidas pelo já ouvido ou pelo já-dito como lembra Pêcheux (1997).

Numa literatura menor, onde a menoridade inscreve o novo como gesto de resistência ao instituído, as operações textuais e discursivas funcionam como gestos criativos do sujeito em relação ao cânone. Como destaca Deleuze e Guatarri (2017), no campo do outro, a poética menor (re)territorializa-se fazendo intervir o devir minoritário (Deleuze; Guatarri, 2017) que numa linha de fuga liberta o espaço de atuação da resistência na linguagem. “Esta linguagem arrancada ao sentido, conquistada sobre o sentido, operando uma neutralização ativa do sentido[...]” (Deleuze; Guatarri, 2017, p. 43). É nessa linha de força que inscreve o trabalho de autoria, espaço delimitado por uma criatividade que não é da ordem da genialidade que brota no sujeito, mas da ordem dos furos e da desestabilização do já estabilizado pela ordem hegemônica. A literatura menor é feita da junção de restos colhidos nas margens cujos sentidos são vagamente percebidos, dificilmente apreendidos no interior das estruturas barulhentas, como bem tratou Certeau (1994).

Mas não é apenas a criação do glossário que delimita o lugar da alteridade discursiva, o título do poema – Ímã- deriva de um imaginário cujo efeito de sentido é o de uma cidade que atrai o diferente, que atrai pessoas de diferentes lugares a partir de diferentes demandas, desde a busca por sobrevivência até a corrida por mais riquezas e concentração de renda. É nesse jogo contraditório que a autoria se circunscreve, afetada pelas diferenças sociais que estão demarcadas na própria espacialidade da cidade: “Cidade ímã/Cá de baixo lá de cima”. Ao atrair diferentes grupos sociais, na própria urbanização do espaço, a cidade expõe as fronteiras sociais, de modo que quem ocupa a parte de cima da cidade não faz parte do mesmo grupo social que ocupa a parte de baixo.

Na relação identitária do sujeito com a cidades, as diferenças aparecem discursivamente como a base da conformação de Marabá: a presença de quilombolas

(Macunaíma, **squindangue**, lamparina), o ritual religioso (Credo cruz Ave-Maria Valha-me meu **valois** (Valoá)); referência a um bairro periférico carregado de uma história de surgimento da cidade, assim como das diferenças culturais, econômicas e étnicas (**Cabelo-seco** secando o chão do vermelho/ Com as barbas de **Chico Coelho**); a relação simbólica da cidade com os dois rios que se encontram no bairro Cabelo-seco (Marabalança nos banheiros desse rio/Agoniza, goza e guarda/Espinheiras e jasmims/ Protagoniza drama, romance e comédia/Conduzindo o Itacaiúnas/A beijar o Tocantins). O trabalho de autoria passa pela história da cidade sustentada por relações contraditórias marcadas pelas diferenças sociais, econômicas, étnico-raciais etc.

(6)

### **Marabá est**

Mesopotâmia  
quase-ilha  
dos risos, dos minérios, dos rios  
Babilônia  
das dores, dos sonhos, dos furores  
de tudo te nutriste a céu aberto  
o sol por testemunha.  
Das noites em que ocultaste  
homens em delírio  
mulheres em desafio  
gentios.  
Fim último dos conquistadores  
do amanhã  
misto de claro-escuro  
fronteiras sem muro.  
Canaã  
maná e deserto  
fogo e dilúvio  
perda e conquista  
filha da Cruz e de Tupã.

Obra surrealista:

Flor escarlata que desabrocha no asfalto  
Criança mestiça sobre nuvens amarelas  
Rosa mística a exalar sons e cores  
Índia de arasóia transformada em Barbarela.

Quem é ela?

Não a conheço, mas sei quem é a cada dia  
Utopia  
Palácio sobre rocha e mangue  
Cabana em diamante e concreto

Amazona, solitária, irmã de sangue.

Minhas palavras não mudarão seu destino:

- Tu não pertences a ninguém  
mas somos todos teus filhos  
teus amantes, teu harém,  
tua espécie, tua tribo,  
teus consentidos reféns!

(Marabá est, Eliane Pereira Machado Soares)

No poema 6, a entrada do sujeito no trabalho de autoria se faz pelo procedimento da intertextualidade com o poema “Marabá”, de Gonçalves Dias. Mas, aqui, tal como o poema 4, a posição imaginária do sujeito poeta passa pela relação de identificação com a formação discursiva literária canônica, seja pelo recurso à intertextualidade que atualiza sentidos de autoria no domínio da literatura (atualizando e filiando-se à poética de Gonçalves Dias), seja pelo agenciamento de formulações que atualizam na memória o novo, a criação, como se pode ver na recorrência à forma verbal latina (*Marabá est*). Nesse gesto, o imaginário de inscrição no domínio da autoria vai se construindo na relação com temas da fronteira ligados à cidade de Marabá.

É esse imaginário que orienta o retorno do sujeito à memória das territorialidades amazônicas, na sua condição de “entre-lugar” (Bhabha, 1998) dos que estão, dos que chegam, dos que sonham, dos que sofrem. Na relação do sujeito com a linguagem e com a historicidade, o discurso produz como efeito sentidos de fronteira, assim como de autoria que também se constitui nos gestos de escritura.

É pela posição que ocupa o sujeito na sua relação imaginária com a linguagem e com a história que certos objetos entram em discursividade no processo de autoria, ou seja, no espaço de representação sobre a fronteira, a autora opera certas relações entre a posição de sujeito-autor e o dizível. É nesse sentido que a cidade se constitui imaginariamente por meio de um processo de designações introduzido pelo título do poema “Marabá est”, cujo efeito é de clivagem de sua disposição espacial.

Essa clivagem é efeito de contradições históricas e ideológicas que regem o político na construção das fronteiras. Assim, “Mesopotâmia (quase ilha)” é uma designação da cidade que se dá pelo processo metafórico produzindo mexidas na rede de sentidos já trabalhados pela memória histórica de uma cidade muito local, ribeirinha,

situada em um lugar da Amazônia. No discurso, essa memória sofre mexidas reguladas pelo processo de autoria, na medida em que Marabá (uma quase-ilha), ao ser designada como Mesopotâmia se insere em processos de identificação não apenas por sua configuração geográfica entre dois rios, mas também pelo jogo imaginário de Mesopotâmia antiga como berço da civilização ocidental. Marabá é nesse imaginário a cidade de fronteira composta de prazeres, sonhos, mas também de dores, exploração das riquezas, de colonização.

No processo de identificação a contradição se expõe porque é nessa conformação contraditória mesma que se produzem sentidos de uma cidade que se constitui como a grande metáfora das contradições sociais. O poema se constitui de muitas metáforas encapsuladas pela grande metáfora: “Marabá Mesopotâmia”. As demais metáforas subsumidas a essa grande metáfora revelam o jogo contraditório de uma região lastreada nas diferenças e nas desigualdades: Marabá-dores X Marabá-sonho; Marabá-fim dos conquistadores X Marabá-terra sem muros; Marabá-filha da Cruz X Marabá - filha de Tupã; Marabá -rocha X Marabá -mangue; Marabá-palácio X Marabá-cabana.

Os pares dicotômicos de designações têm como base representações de Marabá como uma cidade inserida em um domínio histórico marcado de violências materiais e simbólicas (dores), mas, também, de luta e resistência (sonho). Talvez, por isso mesmo, entra, também, no imaginário do sujeito que escreve, representações de uma cidade que se tornou palco de conflitos entre conquistadores - que, a partir de um projeto civilizador, buscam riquezas a qualquer preço- e alteridades outras (pescadores, ribeirinhos, indígenas, quilombolas) que não se fecham ao estranho, ao “de fora. Ainda nessa relação dicotômica sobressaem as diferenças religiosas que produzem a clivagem da população marabaense e o efeito da “colonização”: Marabá-filha da Cruz X Marabá - filha de Tupã, remetendo ao processo heterogêneo de (con)formação da cidade, assim como a necropolítica do poder que tem levado ao genocídio físico e cultural povos originários e outras diferenças. Os pares Marabá-rocha X Marabá-mangue e Marabá-palácio X Marabá-cabana produzem a síntese discursiva dos conflitos impostos à região: por um lado, a partir das lutas de moradores e migrantes em busca de sobrevivência, por outro lado, as investidas dos grandes projetos reprodutores da dimensão civilizatória desde a colonização.

Essas aparentes antinomias produzem efeito ideológico de identificação do sujeito com a fronteira como um lugar não-lugar. Mas, também, o lugar de todos, lugar de acolhimento de quem está em relação a quem chega. Trata-se, portanto, de representações do espaço que é a metáfora das relações hierarquizadas da cidade. A cidade se apresenta como espaços de memória heterogêneos e em confronto. Como destaca Zoppi-Fontana,

Se a cidade significa, isto é, se um conjunto de escanções do espaço urbano é interpretado como sendo “a cidade” ou “o lugar (de) X na cidade”, é porque as representações desses espaços fazem sentido para o sujeito, elas ressoam em um concerto de significações e significantes presentes como memória discursiva. Neste sentido, a “cidade” (e seus espaços) não refere a um domínio de objetos definidos empiricamente, mas a um domínio de significação, que permite ao sujeito se situar no mundo porque se situa no mundo das significações, isto é, se reconhece e se movimenta nas diversas posições de sujeito<sup>4</sup> que configuram a memória discursiva (Zoppi-Fontana, 2003, p. 246).

É pelo retorno do autor aos sentidos da rede de memória sobre a fronteira amazônica que se produz o efeito de acabamento como trabalho do processo de autoria. É pelo efeito de autoria que o sujeito aparece como quem dá fechamento ao texto pelo retorno a uma discursividade que representa Marabá como a cidade que acolhe, que é mãe de todos. No entanto, como linguagem e sujeito se produzem na não transparência do dizer, em todos os poemas a contradição da história aparece nesse movimento discursivo mesmo em que o gesto solidário da sociedade marabaense que acolhe a diferença ou o que chega dissimula as desigualdades impostas pelo poder aos sujeitos nas dinâmicas sociais de fronteira. Não se trata de falha do sujeito nem da língua, mas dos efeitos da história. Como destaca Galo (2001), a assunção da autoria pelo sujeito coincide com a construção de sentidos ao texto e ao acabamento deste, cujo efeito é o de acabamento único. É pelo efeito ideológico da posição que o sujeito ocupa que as múltiplas possibilidades de fechamento de um texto se representam para o autor como única.

## **Conclusão**

As análises dos poemas nos permitem apreender o trabalho de controle da autoria na relação com uma densa carga histórica que toca os objetos estéticos de fronteira. Em um duplo movimento o sujeito orientado pela posição-autor é duplamente afetado pela memória discursiva do cânone literário e pelas territorialidades das relações de fronteira.

Nesse espaço dividido, o sujeito ocupa diferentes posições ao tomar como objeto de discurso a cidade de Marabá com sua historicidade, e imaginariamente inscreve-se em uma posição-autor. O efeito discursivo desse jogo tenso é o entrecruzamento de posições que favorece a emergência do sujeito-autor que recria possibilidades poéticas. Assim, a poética menor se (re)territorializa em relação ao cânone em um espaço de intervenção e de recriação no campo do outro.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, W. S. de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. Tese de doutoramento. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2007.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Trad. de Myriam Ávila; Eliana Lourenço de L. Reis; Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CERTEAU, M. **Invenções do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Trad. Ephraim Pereira Alves. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DELEUZE, G. e GUATARRI, F. Kafka: **Por uma literatura menor**. 1 ed. Trad. Cíntia Vieira da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FOUCAULT, M. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Organização de Manoel de Barros Motta; Trad. Inês Autran Dourado Barbosa, 2 Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 28-46. (Col. Ditos & Escritos III).

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GALO, S. L. Autoria: questão enunciativa ou discursiva? **Revista Linguagem em (Dis)curso**, vol.1, número 2, jan./jun., 2001.

MITTMANN, S. Autoria e tradução: da dispersão às identificações. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A. (Orgs.) **Práticas discursivas identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 80-96.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. 3 Ed. São Paulo Cortes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação de sentidos, Campinas, SP: Editora Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**. Estrutura ou acontecimento. Campinas, S.P: Pontes, 1997.

PENALVA, G. **Identidade e hibridismo cultural na Amazônia brasileira**: um estudo comparativo de Dois irmãos e Cinzas do Norte, de Milton Hatoum, e a Selva, de Ferreira de Castro. Tese de doutoramento. Universidade Federal da Paraíba, 2012.

PORTO-GONÇALVES, W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. **GEOgrafia**. Ano VIII, n. 6, 2006, p. 41-55.

POSSENTI, S. Índícios de autoria. **Perspectiva**. Florianópolis, vol. 20, n.01, jan./ jun. 2002, p.105-124.

SOUZA, A; SOARES. E. (Orgs.) **100 poemas & prosas por Marabá**. Marabá: Cosmos, 2016.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Identidades (in)formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. **Organon**, v. 17, n. 35, 2003, p. 245-282.